

**EDcl no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 160.805 - SP
(2018/0234901-9)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : YEDDA BEATRIZ GOMES DE ALMEIDA DYSMAN DA CRUZ SEIXAS
EMBARGANTE : LEONARDO SINGER AFONSO
ADVOGADOS : BRUNO RANGEL AVELINO DA SILVA E OUTRO(S) - DF023067
TAYNARA TIEMI ONO - DF048454
EMBARGADO : PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : YUN KI LEE - SP131693
SOLANO DE CAMARGO E OUTRO(S) - SP149754
FABIO RIVELLI - DF045788
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4A VARA CÍVEL DE BRASÍLIA - DF

EMENTA

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1022/CPC. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. INVIABILIDADE.
EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.*

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por YEDDA BEATRIZ GOMES DE ALMEIDA DYSMAN DA CRUZ SEIXAS e LEONARDO SINGER AFONSO em face de decisão (e-STJ, fls. 3137/3143) que conheceu do conflito, nos termos da seguinte ementa:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA. PRECEDENTE EM CASO ANÁLOGO (CC 123.197/SP, REL. MIN. PAULO DE TARSO SANSEVERINO). CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO

CENTRAL CÍVEL DE SÃO PAULO - SP.

Em suas razões, os embargantes alegam que a decisão embargada é omissa, na medida em que não se pronunciou sobre (a) a ausência de pressuposto para o cabimento do conflito (manifestação das duas autoridades judiciárias envolvidas afirmando a sua competência); (b) alegação da existência de crédito oriundo de patrimônio de afetação; (c) a ausência de isonomia entre os credores.

Sem impugnação (fl. 3160, e-STJ).

É o breve relatório.

Decido.

Os embargos de declaração não merecem acolhida.

Nos limites estabelecidos pelo art. 1022, do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se apenas a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

No caso, o *decisum* embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no incidente, ao concluir pelo reconhecimento da competência do do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL DE SÃO PAULO/SP para quaisquer exames relativos a pagamento de débitos (relacionados ao cumprimento de sentença nº 0726027-14.2017.8.07.0001 movido pelos or embargantes) das suscitantes, PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES e OUTROS, e constrição de seu patrimônio.

Destaco, por oportuno, que (a) o presente conflito de competência tem objeto específico e diz respeito à competência para a prática de atos constitutivos em face das sociedades em recuperação judicial; (b) que, a despeito do empreendimento garantido por patrimônio de afetação se encontrar excluído do plano de recuperação judicial (Lei 4.591/64, art. 31-F), sua

discussão é irrelevante no presente caso, haja vista que o ato de constrição foi direcionado aos ativos financeiros em conta corrente das recuperandas, e não contra o mencionado empreendimento.

Por fim, cumpre afirmar que a irresignação recursal sob exame traduz-se, na realidade, em evidente propósito de reexame de matéria já decidida, com vistas a atribuir efeitos infringentes ao julgado, circunstância incompatível com a natureza integrativa dos embargos de declaração, consoante iterativa jurisprudência deste Tribunal (v.g.: EDcl na Rcl 8.826/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe de 15/03/2017).

Portanto, não há qualquer vício na decisão embargada a ensejar a sua retificação.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Advirto as partes que a oposição de incidentes manifestamente improcedentes e protelatórios dará azo à aplicação das penalidades legalmente previstas.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator